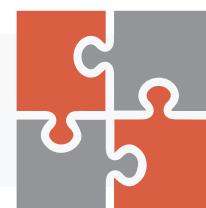


BRUNA RIBEIRO
COORDENADORA DE
AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS

|| MICHELE A. SCHULLE
PESQUISADORA

A escuta de bebês e crianças pequenas em avaliações



A Move tem como direcionador técnico-político a escuta dos sujeitos diretamente implicados nas intervenções realizadas por organizações da sociedade civil, governos e institutos empresariais. O campo da educação infantil, ao qual temos dedicado atenção crescente nos últimos anos, tem nos desafiado a instituir mecanismos rigorosos e éticos de escutas de crianças. O estudo teórico deste tema associado às experiências concretas que envolveram diálogo com crianças pequenas em municípios do interior do Nordeste e em uma creche dentro de uma penitenciária feminina na região sul do país vem contribuindo para a Move consolidar sua compreensão e posicionamento sobre a escuta de crianças em processos de investigação da realidade.

RETRATO DE UMA EXPERIÊNCIA RELEVANTE

Em avaliação que realizamos junto a escolas públicas situadas em municípios da Paraíba, nos encontramos com crianças de 7 a 9 anos cujas escolas não tinham condições básicas de saneamento. Ao conversar com elas e percorrer a escola a seu lado, vimos que suas demandas por itens básicos como filtros de água, ventiladores, caixa d'água, cisterna, banheiros, pias, sabonetes e brinquedos foram marcantes.

As propostas das crianças não eram utópicas e poderiam ser colocadas em prática nas escolas. Ao falarem que seria bom ter uma quadra, por exemplo, explicavam espontaneamente para a

avaliadora onde essa quadra ficaria e que espaço seria utilizado para a construção. Em outra passagem, analisavam qual seria a melhor posição para determinado brinquedo, se na frente ou atrás da escola. As crianças revelavam que estavam atentas aos espaços não ocupados e demonstravam que não só observavam isso, mas tinham sugestões para ocupação dos mesmos: *"No lugar do mato podia fazer uma horta, a terra é boa lá!"*

O tema da inclusão de crianças com deficiência também emergiu: *"Essa escola é a escola mais boa... Tem aluno que sai de escola particular e vem para cá porque aqui tem aluno com deficiência (...) Eu acho que devia ter uma escola só para deficientes".* Diante do quase unânime protesto de outras crianças em relação a sua fala, ela se explicava: *"Não é porque a gente não gosta deles, a gente tem até carinho, é só para não judiarem deles".*

Essa fala provocou outro menino a narrar um episódio em que uma criança com deficiência foi forçada a lamber uma bola suja de lama por outras crianças. A criança, assim, finalizava seu raciocínio: *"somos todos irmãos, a gente tem que aprender a 'sobreviver' com eles. Porque se a gente fosse deficiente ia querer ser respeitado".* Outros temas também ocuparam as falas das crianças, como a demanda por mais uma faxineira, tendo em vista que *"a escola é muito grande"*. Outra percepção das crianças em relação ao horário do lanche que, segundo eles, deveria ter uma separação por turmas pois *"os grandes derrubam os pequenos"*.

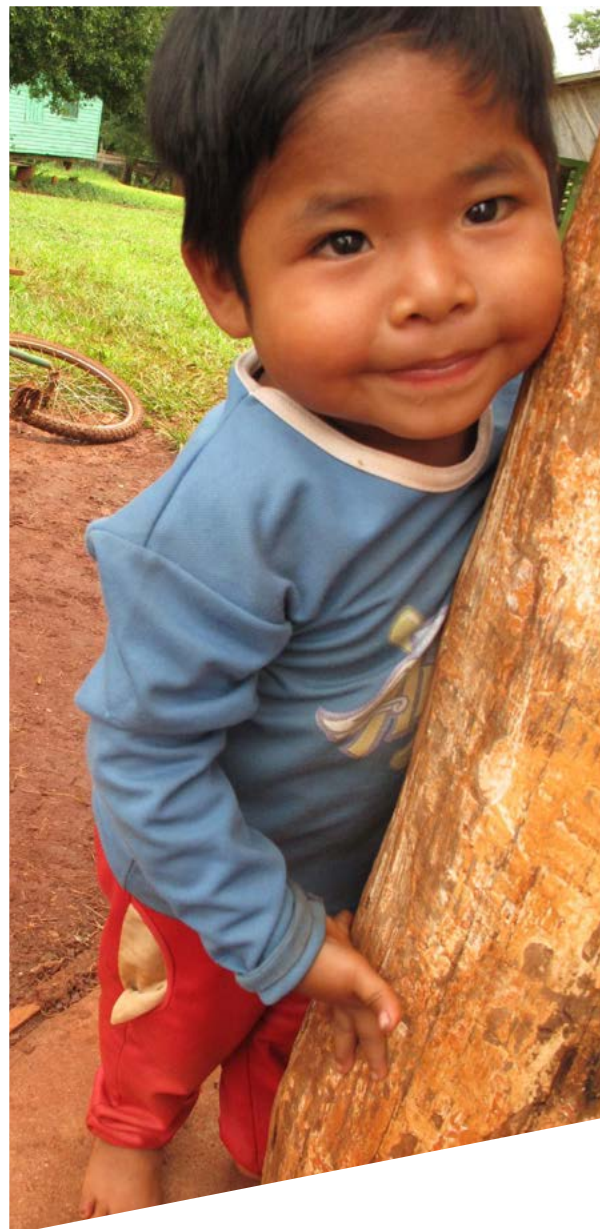
Mas além das falas, é importante ouvir também o que nos dizem gestos, desenhos, brincadeiras e recusas. Em uma avaliação que realizamos em uma penitenciária feminina que abrigava um tipo de creche para os filhos das mães presas, nos deparamos com cenas impressionantes. Crianças caminhando com as mãos para trás e olhando para o chão, crianças perguntando o que seria um cachorro (animal jamais visto dentro dos muros da prisão) e crianças interessadas em brincar com as chaves que abriam o portão da creche, num claro movimento de flertar com o universo externo do qual estavam privadas.

Os bebês que vivem na penitenciária permanecem alheios a brinquedos e livros. Não choram, não riem, não *"incomodam"* ninguém, evidenciam o papel a que são relegados pelo sistema como crianças invisíveis, não sendo alvo de políticas públicas de nenhuma espécie.

BASES DE ANÁLISE E INTERVENÇÃO

A emergência da sociologia da infância vem acompanhada da constatação de que as crianças são sujeitos de direitos que interagem e constroem sentidos a respeito de seu meio, produzindo cultura. Desde os anos 30, o termo sociologia da infância já era empregado (Qvortrup, 1995), ainda que criança e infância fossem compreendidos sob a ótica das teorias de socialização de Durkheim. Segundo esta perspectiva, a socialização ocorria de forma vertical, do adulto sobre a criança, que recebia passivamente a cultura e por isso mesmo era relegada ao lugar de "objeto sociológico".

A premissa de que as crianças não só reproduzem a cultura do mundo adulto, mas apreendem criativamente essas informações produzindo suas culturas singulares, surgiu bem mais recentemente. Corsaro chama de reprodução interpretativa o que veio se tornar um dos pilares da nova sociologia da infância. Corsaro (1997, p.18) afirma que é preciso considerar "não só as adaptações e internalizações dos processos de socialização, mas também os processos de apropriação, reinvenção e reprodução realizados pelas crianças" em uma clara crítica a socialização vertical proposta por Durkheim.





No Brasil, muitos estudos e pesquisas têm sido realizados visando construir uma metodologia de escuta de crianças ancorada no pressuposto de que qualquer criança é uma “pessoa completa, competente, curiosa, criativa, com direito a ser ouvida e atendida em suas necessidades específicas” (Cruz, 2008, p.12), compreensão ratificada em vários documentos nacionais e internacionais, como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (ONU, 1989), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil/DCNEI (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, a garantia do direito das crianças expressarem livremente sua visão acerca de temas que as afetam é entendida não só como importante, mas como necessária, desafiando pesquisadores a contribuir para a restituição da voz das crianças, tirando-as da categoria de infantes (etimologicamente aquele que não fala) e elevando-as à categoria de sujeito de direitos, buscando, através da análise do conteúdo da escuta, “(...) subsidiar ações a seu favor e contribuir para mudanças que as beneficiem” (Crus, 2008, p. 14).

DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O receio de se realizar avaliações com bebês e crianças pequenas tem fundamentos concretos, uma vez que as crianças dessa faixa etária são extremamente vulneráveis. Há riscos de serem submetidas a situações constrangedoras e de desrespeito, além de serem alvo de represálias após adultos entrarem em contato com o conteúdo de suas falas. A opção pela escuta de crianças deve ser uma decisão consciente das implicações e cuidados éticos que este gesto demanda. Os cuidados devem estar na composição da equipe de avaliadores com formação adequada e compreensão das múltiplas formas de expressão da criança, na autorização não só dos responsáveis, mas também das crianças sobre seu interesse ou não em participar da proposta (respeitando sua recusa mesmo diante da autorização de seus responsáveis), garantindo a entrada no campo com cuidados éticos na coleta e divulgação dos dados.

Para tal, os avaliadores devem atentar para questões já apontadas e discutidas por Kramer (2002), como quando usar nome real e fictício de crianças nos relatórios e divulgação dos dados. É necessário ponderar caso a caso, pois em um contexto, divulgar o nome verdadeiro de uma criança pode ser uma forma de garantir sua autoria e, em outro, pode ser uma forma de expô-la, assim como é importante observar quando é lícito o uso de imagens, fotos e vídeos produzidos pelas e das crianças, entre outros.

Diversas áreas do conhecimento reconhecem o fato de que a criança “fala” com o corpo, através de suas brincadeiras, silêncios, interações, formas de ocupar espaços... E por isso mesmo ouvir crianças é ir muito além da compreensão reducionista de recolher suas falas, é ouvir o inaudível, ver o invisível, é buscar captar a criança em sua inteireza e complexidade, o que demanda do avaliador a elaboração de metodologias que também levem em consideração as múltiplas linguagens infantis.

Vale ressaltar ainda que, nesta perspectiva, não significa que a fala das crianças não seja importante, mas sim que ela é considerada e respeitada como as outras formas de expressão infantil. A conversa com crianças é entendida pela Move não como um momento passivo onde o avaliador se limita a anotar suas falas e sim como um momento privilegiado para se provocar reflexões, construir confrontos entre pontos de vista, enfim, dialogar. Então, podemos constatar que escutar crianças nos impõe o desafio de pensar e construir metodologias que não as reduzam a perspectivas biologistas e psicologizantes que as interpretam como “indivíduos que se desenvolvem independentemente da construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para eles” (SARMENTO, 2005, p. 363). Significa, ainda, considerar sua condição de ator social buscando formas de compreender como elas compartilham, negociam e criam cultura com os adultos e seus pares.



QUE AS VOZES INFANTIS POSSAM APOIAR GRANDES DECISÕES

Delgado e Muller (2005, p.176) afirmam que “ainda temos um longo caminho a trilhar no que se refere à consolidação da área da sociologia da infância no Brasil”, sendo que para isso precisamos superar a lógica adultocêntrica buscando compreender os significados atribuídos pelas crianças e não somente sob a perspectiva dos adultos.

A infância no imaginário coletivo continua confinada aos pequenos mundos, sem articulações com a economia, ciência, política (Qvortrup,2001), por isso Corsaro (1997, 2003) alerta que temos de caminhar no sentido de construir estudos com e não sobre a criança. Propiciar espaços para captação das múltiplas vozes e olhares infantis é “urgente, pois é a partir de suas vozes que medidas de proteção e de atendimento mais prementes serão tomadas pelas equipes de intervenção externa” (Campos, 2008, p.37).

Aqueles que aceitarem o desafio da escuta de bebês e crianças pequenas devem estar atentos aos cuidados que o processo exige para que este seja respeitoso e ético e não fira os direitos das crianças. Garantido isso, podemos concluir que o que os bebês e crianças pequenas falam através de suas diferentes linguagens podendo colaborar com tomadas de decisões importantes a favor da criança e de seus direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Conselho Nacional da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil*. Brasília, DF, 1999.

CAMPOS, Maria Malta. *Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, p. 35-42, 2008.

CORSARO, William A. *A sociologia da infância*. Thousand Oaks , 1997.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. *A criança fala: a escuta das crianças em pesquisas*. Cortez, São Paulo, 2008.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. *Em busca de Metodologias investigativas com as Crianças e SUAS Culturas*. Cadernos de Pesquisa , v. 35, n. 125, p. 161-179, 2005.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal*, v. 8, 1990.

KRAMER, Sonia. *Autoria e autorização: Questões éticas na Pesquisa com Crianças*. Cadernos de Pesquisa , v 116, p.. 41-59, 2002.

QVORTRUP, J. *Childhood in Europe: a new field of social research*. In: CHISHOLM, L. et al. (eds.). *Growing-up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*, New York: Walter de Gruyter, 1995. p.7-20.